

Por uma história da linguagem da Cerâmica Paulista: práticas da memória compartilhadas pelas mulheres

For a history of the language of the Paulistaware:
memory practices shared by women

Francisco Silva Noelli¹
ORCID: 0000-0003-0267-583X

Marianne Sallum²
ORCID: 0000-0001-9210-2044

DOI: 10.26512/rbla.v13i01.40664

Recebido em outubro de 2021 aceito em dezembro de 2021.

Resumo

Os registros da linguagem da materialidade oferecem pistas para compreender uma parte das relações de Tupiniquim e Portugueses em São Paulo, Brasil. Essas pessoas articularam práticas em um ambiente bilíngue, em uma trajetória histórica que fez emergir o que a linguística brasileira denominou Língua Geral Paulista (LGP). Neste artigo, com uma perspectiva diferente da historiografia dominante que apagou a autonomia das mulheres, considerando-as como monolíngues, mostramos evidências eloquentes de sua atuação nas relações sociais, na segurança alimentar, amansando as práticas linguísticas e cerâmicas dos portugueses, onde a oralidade foi fator central da sociabilidade e de inquebráveis trajetórias.

Palavras-chave: Arqueologia do Colonialismo. Gênero. Comunidades de práticas Indígenas. São Paulo. Tupi Colonial.

Abstract

The language of materiality offers clues to understanding the relations between the Tupiniquim and the Portuguese in São Paulo, Brazil. They articulated practices in a bilingual environment, whose historical trajectory led to the emergence of what Bra-

¹ Centro de Arqueologia (UNIARQ), Universidade de Lisboa, Fundação para a Ciência Tecnologia (FCT). E-mail: francisconoelli@edu.ulisboa.pt

² Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio Ambiente (LEVOC), Universidade de São Paulo, Centro de Arqueologia (UNIARQ), Universidade de Lisboa, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: marisallum@usp.br

zilian linguistics called Língua Geral Paulista (LGP). In this article, with a different perspective from the dominant historiography that erased the autonomy of women, considering them as monolingual, we show eloquent evidence of their performance in social relations, in food security, taming the linguistic and ceramic practices of the Portuguese, where orality was a central factor of sociability and unbreakable trajectories.

Keywords: Archaeology of Colonialism. Gender. Communities of practices. Indigenous people. São Paulo. Tupi. Colonial.

São as mulheres em nós que, sentadas firmemente sobre as palhas do infinito, tecem fios a nos dizer: se vão, voltem. Se voam, pousem, ou vôo não é. A performance é mesmo desdizer, e dizer que não há mais para onde ir, senão voltar, e eu estou a esperar; estamos. Às vezes das mulheres são o ar, esteja a par, escute as sábias, sabiás. Jaider Esbell Macuxi (2021)

1. Palavras, materialidades e memórias³

Os processos que permitem a compreensão mútua entre pessoas que falam línguas diferentes ainda não foram investigados sistematicamente a partir da arqueologia brasileira. Este caminho começa com a necessidade de abandonar o “manejo retórico e meramente ornamental da diversidade cultural” para compreender as articulações e contradições da pluralidade cultural em novas realidades políticas (Rivera Cusicanqui 2010). Nos pautamos nas experiências do THOA (Taller de Historia Oral Andina), sobre relações linguísticas de escuta entre pessoas “portadoras de suas próprias peculiaridades sociais e históricas”, onde Silvia Rivera Cusicanqui (2015:286) testemunhou que em 1997 teve “frequentemente... a sensação de me mover entre estereótipos, que durante a conversa começavam a ser desmontados”. Ela viu, “lentamente, o diálogo... tecendo pontes sobre as brechas de classe, de *habitus* cultural e de geração”, e concluiu que as “percepções de quem pergunta e de quem responde se transformam em um longo processo onde acaba emergindo um “nós” cognoscente e intersubjetivo”.

Neste artigo começamos uma reflexão sobre as relações entre os falantes do Tupiniquim e do português, que formaram as comunidades conhecidas como “Paulistas” e as “de São Paulo”, desde o século XVII. Os dados

³ Este artigo é a versão revisada de uma comunicação apresentada no *Theoretical Archaeological Group Ibérico 2020* (TAGi2020), na Universidade de Lisboa, em fevereiro de 2020.

históricos e arqueológicos mostram que as suas residências eram abastecidas com materialidades produzidas localmente e, dependendo do lugar e da época, com bens importados da Europa, da Ásia e de outras partes das Américas. Portanto, é necessário avançar na construção de conhecimentos no âmbito das relações entre pessoas, memórias e materialidades (Sallum 2015), incluindo os conteúdos da língua e da taxonomia das coisas, registrada ao longo de 500 anos e os seus efeitos na oralidade contemporânea (Figura 1). Essa construção pode ocorrer no âmbito familiar, como mostra Lilian Panachuk (2018, 30): “ser filha de artesãos traz consigo aspectos educativos que percebo em outras famílias artesãs: a disciplina, a exigência em dar e receber atenção voluntária, o rigor e determinação; a demanda em fazer coisas, ser produtivo, experimentar”. Mas pode acontecer com as mulheres que vieram de fora e aprenderam ao ingressar em uma comunidade ceramista por razões diversas, como no caso da Dona Benedita Dias, mestra ceramista de Jairê, município de Iguape. Ela começou aos 19 anos, por iniciativa própria a aprender, tornando-se exímia ceramista, muito reconhecida nas suas 6 décadas de ofício. Ela aprendeu sozinha, observando a sogra, uma prestigiada mestra de uma centenária linhagem de mulheres oleiras, e outras mulheres, mostrando o ingresso como uma via de mão dupla; de um lado a comunidade aumenta, de outro a pessoa engajava-se na produção da materialidade, fazendo da prática “uma extensão da relação das pessoas” (Lagrou 2013). É oportunidade para exercer duas ações essenciais nas comunidades autossustentadas: a colaboração e a consideração, sem as quais a vida e a comunicação em comum são impensáveis (Cabral, Noelli e Sallum 2020).

Dessa forma se poderá compreender efetivamente a contextualização das línguas em um ambiente de articulação de relações e práticas entre os povos originários, africanos, europeus e todos os seus descendentes, que geralmente atuaram na direção da autodeterminação que caracterizou o autonomismo paulista (Alencastro 2000), com a recusa em serem governados, mesmo quando cativos, manifestando a atitude crítica, tal como sugere Foucault (1990).

Estamos desenvolvendo uma abordagem interdisciplinar que procura descolonizar a versão da *tabula rasa* indígena em São Paulo (Sallum e Noelli 2021a). Nosso método inclui levantar informações de linguagem sobre os conhecimentos não-europeus silenciados pela produção acadêmica, como um meio de superar os efeitos multidirecionais das dinâmicas do

colonialismo na construção teórica da arqueologia (Hartemann 2021; Senatore 2021; Casimiro e Sequeira 2020; Passos 2019). Em suma, é necessário inverter a fórmula arraigada da historiografia (Monteiro 1999, 239) e da arqueologia, abandonando a perspectiva de considerar tudo (ou quase...) desde um núcleo urbano ou de uma plantation, das relações entre membros da “elite”, das estatísticas e da lógica da economia inserida no sistema Atlântico e das ideias unilaterais que reificam apenas a subordinação e o silenciamento das vozes locais. A construção do conhecimento sobre o passado é muito mais abrangente que tais temas, havendo outros aspectos das relações sociais no caminho para perceber quem foi apagado através do ato político de um grupo com a intenção de dominar ou eliminar o(s) outro(s) por diversos meios, incluindo a manipulação das narrativas. Ser apagado é uma consequência possível para quem fica no caminho dos colonizadores, pois a territorialidade é o elemento específico e irreduzível do colonialismo, objetivo que leva à eliminação física de pessoas (Wolfe 2006), silenciando identidades, modos de vida, corpos, objetos, espaço cotidiano (Zarankin e Salerno 2008), incluindo a imposição de territórios monolíngüísticos e historiografias monotemáticas.

Figura 1: A mestra ceramista Ana Pereira de Jairê, município de Iguape, SP, produzindo panelas com a técnica do acordelado em 1980



Fonte: Plácido de Campos Jr., acervo Museu da Imagem e do Som do Estado de São Paulo.

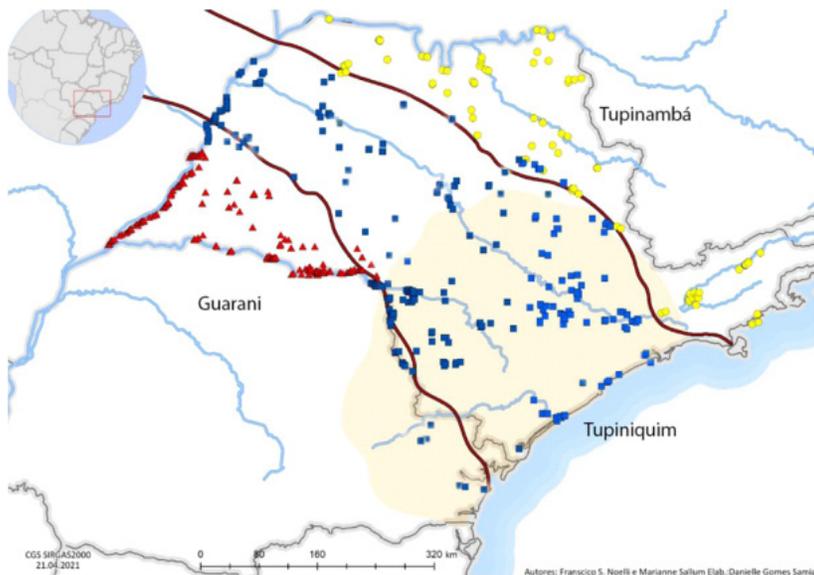
E para perceber a história colonial fora dessa narrativa, sugerimos procurar outras direções (Noelli e Sallum 2019; Sallum e Noelli 2021b): i) a relação entre pessoas ao invés da interação de entidades homogêneas, “os” Tupiniquim e “os” Portugueses; ii) portugueses não transformaram Tupiniquim conforme os seus desígnios; iii) nem toda(o)s a(o)s Tupiniquim tiveram contato direto e continuado com portugueses, havendo relações multivariadas no interior da constelação que ocupou um espaço linear de 650km, do litoral atlântico até a foz do rio Tietê; iv) a maioria portuguesa viveu dentro do sistema Tupiniquim até o início do século XVIII; v) portugueses foram minoria demográfica até o início do século XVIII; vi) a história social e demográfica pós-1700 é distinta do período anterior, devido ao massivo deslocamento humano vindo da África e da Europa no ciclo do ouro em Minas Gerais, vii) a maioria dos lugares foi de comunidades agroflorestais até o começo do século XX; viii) a minoria dos lugares foi de núcleos urbanos e plantations até o começo do século XX; ix) as comunidades de todos os lugares mantiveram entre si diversos tipos de relações; x) a inserção das comunidades agroflorestais no sistema Atlântico foi desigual, em escala crescente e gradual, de minoria no século XVI a maioria apenas no século XIX.

O contexto colonial de São Paulo é eloquente noutra direção, situado em comunidades agroflorestais inicialmente formadas por maioria indígena. O mapa com os lugares Tupiniquim revela a extensão territorial (Figura 2), contrastado com os territórios Guarani e Tupinambá, destacando a posição dos falantes das línguas Tupí (não mostramos a distribuição dos sítios dos falantes das línguas da família Jê, cujo mapa pode ser visto em Noelli e Souza 2017). A área bege mostra o território do século XVI até meados do século XVIII.

O território Tupiniquim teve suas linhas gerais mencionadas na metade do século XVI. Em setembro de 1554, José de Anchieta informou ao seu superior em Roma sobre tais domínios: *Hi inter quos agimus trecentis miliaribus (ut credimus) per mediterranea propagati sunt* “Estes, entre os quais trabalhamos, estão espalhados pelo interior na extensão de 300 milhas, como julgamos” (Anchieta 1957, 96, 113). Ele dimensionou o conhecimento local com *miliaribus*, plural de *miliarium*, a milha marcada por mil passos, mas não definiu se era a milha latina (1,48 km) ou a portuguesa (2,06 km). Se foi a primeira, teremos $300 \times 1,48 = 444$ km; se foi a segunda, equivale a $300 \times 2,06 = 618$ km (nos parece que ele referiu a segunda medida). A estimativa refletia as experiências de europeus que cruzaram a região e que

hoje podemos considerar como sendo de pequena a margem de erro, quando contrastadas com a precisão cartográfica atual que define 650 km lineares entre São Vicente e a foz do rio Tietê.

Figura 2: Relação territorial e ocorrência de sítios arqueológicos dos povos Tupiniquim (azul), Guarani (vermelho) e Tupinambá (amarelo), em São Paulo.



Em 1557, Hans Staden publicou o famoso livro *Warhaftige Historia*, onde narra as suas experiências no litoral de São Paulo e resume as dimensões do território Tupiniquim: *die Portugaleser so darinnen wonen/ haben eyne Nation Prasilianer zufreuden/ die heyssen Tuppin Jkin/ und die nation jres lands stretched sich 80. meil wegs lang das landt hinein/ und an dem meer her ungeferlich 40 meil* (“os portugueses que aí moram têm uma nação de brasileiros como amigos/ eles se chamam de Tupiniquim/e a nação de suas terras se estende 80 milhas de caminho terra adentro e junto ao mar aproximadamente 40 milhas”). Nessa parte também menciona as fronteiras: *Und die Nation haben off beyden seiten feinde nach der Sud seiten/ und auch nach der Nordt seiten. Jhre feind auff der Sud seiten heyssen die Carios/ und die feinde auff der Nort seiten heyssen die Tuppin Jnba. Auch werden sie von jren feinden Tawayar geheysen/ ist so vil gesagt/ als feind* (“Ao norte e ao sul desta região habitam inimigos desta Nação. Os inimigos do sul são os Carios, os do norte chamam-se Tupinambá. Estes também são denominados pelos seus contrários Tobajára, o que significa simplesmente

inimigo”. Ambas a traduções são de Martin Dreher). Staden referiu as distâncias em milhas (meil = meile), ganhando precisão verificável quando convertidas em milhas prussianas (1 milha = 7,5 km). No litoral seriam 40 milhas X 7,5 = 300 km e, no interior, eram 80 milhas X 7,5 = 600 km.

O fato é que as informações de Anchieta e Staden, somadas com várias outras não mencionadas aqui, são corroboradas com centenas de registros arqueológicos de lugares Tupiniquim (Figura 2), cujas datações abrangem cerca de 1700 anos, entre 2000 e 300 antes do presente (Corrêa 2017). As evidências arqueológicas possuem semelhanças ao que foi mostrado nas fontes históricas: comunidades agroflorestais inseridas na Floresta Atlântica, com residências de casas-longas, grande quantidade de recipientes cerâmicos, objetos líticos e conchíferos (Scatamacchia e Moscoso 1989), e remanescentes humanos enterrados em vasilhas – produzidas inicialmente para serem usadas como panelas e talhas para conter água ou fermentar o cauim (Noelli e Brochado 1998; Cristante 2017).

Considerando a magnitude desse território, há evidência suficiente para afirmar que a população Tupiniquim foi imensamente maior que a portuguesa nos séculos XVI e XVII (Noelli e Sallum 2019). Por isso, é necessário repensar o processo colonial e a suposta região de “vazio demográfico” e do mito da raça de “gigantes”, idealizando homens portugueses que devassaram o Brasil e dominaram indígenas, invertendo o pressuposto e passando a considerar que foram os portugueses que entraram na constelação social Tupiniquim e que eles foram minoria até o século XVIII, quando houve a inversão demográfica ocorrida durante o ciclo do ouro, quando perto de 600 mil pessoas imigraram de Portugal para o Brasil (PNAD/IBGE 2015). No entanto, a demografia Tupiniquim dos séculos XVI e XVII é um tema de investigação por ser desenvolvido, estando inteiramente aberto à pesquisa.

2. As linguagens de São Paulo

No século XVI, Tupiniquim e portugueses articularam práticas em um ambiente onde a diversidade linguística seria comum desde muito antes da chegada dos europeus. A língua e a identidade eram acionadas conforme as conveniências do momento. Essas pessoas, como sugeriu John Monteiro (2001), jogaram com a sua identidade, ora se aproximando dos portugueses, ora dos indígenas, atuando estrategicamente para lidar com o colonialismo. Por isso, é importante considerar que a hegemonia da língua portuguesa “decorreu de um processo que durou séculos” (Lucchesi 2017, 357),

sendo necessário compreender o contexto histórico e, simultaneamente, as transmissões geracionais: *i*) “regulares”, quando transmitidas no âmbito familiar e comunitário; *ii*) “irregulares”, quando a pessoa foi deslocada para um contexto onde teve que adquirir o português ou o Tupiniquim como língua de interação social.

Assim é possível compreender São Paulo como um ecossistema de bilinguismo que proporcionou o surgimento da chamada Língua Geral Paulista (LG) e mosaicos com línguas locais e regionais (Rodrigues 1996, 2006; Lucchesi e Calhou 2020), com o papel ativo das mulheres na criação de palavras e significados da materialidade (Noelli e Sallum 2020). Dessa forma, temos uma ferramenta para a compreensão descolonizada das fontes escritas, desconstruindo narrativas de apagamento que “aportuguesaram” automaticamente o mundo indígena e aplanaram relações sociais pela lógica da eliminação identitária (Wolfe 2006). O desafio é superar a ficção do discurso colonialista dedicado a desqualificar e desumanizar as mulheres, considerando-as comumente no campo da incapacidade.

Essa mudança poderia começar com a substituição da noção de linearidade pela multitemporalidade, para perceber “mudanças dentro de continuidades e continuidades dentro de mudanças” (Silliman 2020, 67-68). Em 1970, Michel Foucault (2005, 291) já assinalava que a “história não é, portanto, uma duração”, mas a multiplicidade de tempos que se envolvem uns nos outros, sendo preciso trocar tempo linear pela duração múltipla, considerando importante “multiplicar os tipos de acontecimentos como se multiplica os tipos de duração”. Essa perspectiva foi repaginada algumas vezes, embebida na compreensão das temporalidades diferentes da tradição europeia: “o mundo indígena não concebe a história como linear; o passado-futuro está contido no presente. A regressão ou progressão, a repetição ou superação do passado está em jogo em cada conjuntura e é mais dependente de nossos atos do que de nossas palavras. O projeto de modernidade dos indígenas pode emergir do presente em uma espiral cujo movimento é um feedback contínuo do passado para o futuro — um “princípio de esperança” ou “consciência antecipatória” — que tanto discerne como realiza a descolonização ao mesmo tempo... O presente é o cenário para os impulsos simultaneamente modernizadores e arcaicos, de estratégias para preservar o *status quo* e de outras que signifiquem revolta e renovação do mundo” (Rivera Cusicanqui 2010:55). Para Hamilakis (2021), tal percepção de tempo contrapõe os efeitos políticos das teorias da arqueologia, arraigadas

em separar passado e presente com uma “linearidade progressista e desenvolvimentista”, onde o presente é assombrado por regimes temporais conflitantes devido às causas culturais, como linearidade *versus* multitemporalidade. Tal situação configura a “fragilidade do presente” na versão europeizada de ordenar a vida e criar desigualdade econômica, social e política, pois o “colonialismo e a colonização não terminaram”, tornando a colonialidade uma condição ainda atuante.

Tal como Rivera Cusicanqui, Hamilakis (2021) sugere que, “quem trabalha com a materialidade deveria ser o primeiro a abandonar a linearidade, percebendo diferentes momentos temporais ao mesmo tempo e não de forma sucessiva”. Ele considera que a continuidade e a mudança estão embutidas na linearidade, enquanto a multitemporalidade articula a coexistência de tempos diferentes. Ele e outros intelectuais das universidades perceberam que não é mais possível ignorar outros regimes intelectuais de temporalidade, tais como inúmeras pistas deixadas nos registros de depoimentos e memórias de incontáveis povos ao redor do mundo, especialmente os compilados a partir do século XV.

É a direção proposta por pensadores indígenas, como Jaider Esbell Macuxi (2021), que consideram a existência de sistemas milenares não-lineares de temporalidade que dialogam entre si. Seria uma forma de explicar a “técnica de circulação da memória”, onde o conhecimento e as práticas inscritos na memória estão “a serviço de um destino, não de uma origem, nem de um futuro ou de um passado” e aparecerão “como o meio e o lugar de realização do social por excelência” (Cunha e Castro 1985, 203-205). A recapitulação deliberada da memória das ações passadas entre os Tupinambá e os Tupiniquim (Fernandes 1963; Fausto 1992), cria as subjetividades e uma “memória do futuro” (Sztutman 2005, 163).

A multitemporalidade fundamenta um método para perceber maneiras pelas quais pessoas de contextos diferentes, tocaram as suas vidas por 500 anos, transmitindo práticas entre gerações, independente de serem ou não reconhecidas pelo mundo acadêmico. Assim, compreende-se que a diversidade linguística permeou o contexto colonial paulista antes do predomínio do português brasileiro, resultando de relações de sistemas milenares que dialogaram entre si, reproduzindo e ressignificando materialidades, usos, saberes e sensações. Em meio a tais processos, a linguagem colonial teria surgido, a exemplo do que ocorreu em outros lugares (Hunter, Silliman e Landon 2014, 11), como um “ato de persistência apesar

das rupturas na estabilidade da comunidade, resultantes do colonialismo contínuo e das pressões econômicas”. Isto é, a arqueologia da persistência é uma abordagem que leva a descolonização para uma capacidade de análise e interpretação para pensar o como diferentes pessoas e comunidades fizeram escolhas “pragmáticas para resistir, acomodar ou evitar imposições coloniais” (Panich 2020, 9). Não é sinônimo de continuidade histórica e a passagem do tempo; significa as pessoas em ação para ir em frente, seguindo as suas vidas em relações que se articularam intencionalmente, enfatizando certas “práticas e identidades relativas à luz de novas economias, políticas e realidades sociais [...] unindo efetivamente passado e presente numa dinâmica e inquebrável trajetória” (Panich, Allen e Galvan 2018, 11-12).

Assim é possível ouvir memórias e práticas do passado que ecoam como firmes referências para as ações no presente. É uma possibilidade de considerar que o passado arqueológico e linguístico não seja separado do presente; ao contrário, mostra o passado como parte do presente de alguém hoje em termos de cultura, história e identidade. A persistência fala de histórias de longo prazo, como sugere Silliman: “Claro, as pessoas podem ter atos ou práticas de persistência no cotidiano, mas a manifestação de persistência leva tempo. Ela é geracional, muitas vezes, e pode se estender pelo tempo que parece razoável para narrá-la. Por razoável, quero dizer o peso das evidências e das histórias culturais daqueles que persistiram” (<https://revistapesquisa.fapesp.br/no-rastro-da-ceramica-paulista/>).

Essa trajetória de relações humanas conectou lugares numa constelação que se expandiu a partir do litoral sul, desde Bertioga até Cananéia, incluindo São Vicente, Itanhaém, Iguape e, subindo o planalto, no entorno expandido de Santo André da Borda do Campo e São Paulo de Piratininga até 1554. Na segunda metade do século XVI, os núcleos coloniais ocuparam o litoral entre a Ilha de São Sebastião e Ilha Grande, com grupos Tupiniquim e paulistas indo para o Rio de Janeiro. No século XVII, foram para Mogi das Cruzes, Jundiá, Itu, Sorocaba, Vale do Ribeira, nordeste do Paraná, litoral de Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (Monteiro 2018).

A linguagem da materialidade dessas pessoas pode ser rastreada nos registros arqueológicos, escritos e orais. Através deles há uma possibilidade de encontrar a trajetória dos processos históricos e da genealogia das práticas que resultaram na articulação de saberes, conhecimentos e línguas nos séculos XVI e XVII. A percepção de tais movimentos foi inspirada em metáforas reunidas por Rosa Virgínia de Mattos e Silva (2008, 41), ao dizer

que pesquisar a linguística histórica equivale a “ouvir o inaudível” (Lass 1997, 45) e dominar “a arte de fazer o melhor uso dos maus dados” (Labov 1982, 20).

3. A comunicação entre indígenas e europeus

A oralidade foi um dos elos mais fortes das relações entre Tupiniquins e portugueses nos séculos XVI e XVII, constituindo um tema central para os estudos da materialidade, nomeadamente sob a perspectiva interdisciplinar mencionada acima. Em que pese a importância da educação letrada na construção das sociedades contemporâneas, a oralidade foi o meio de transmissão de conhecimentos entre as gerações mais longevo na história da humanidade, como se verifica com a arqueologia e a linguística histórica. Tal importância pode ser mensurada pela quantidade de pessoas que não liam, nem escreviam no Brasil e Portugal no ano 1900: 1) 78,6% em Portugal (Cavaco 2019; 82,4% em 1878, cf. Ribeiro 1999); 2) 80% em São Paulo (Mathieson 2018; 93% em 1870, cf. Ferraro 2012).

Parece ser óbvio que o não letramento fez gerações de imigrados atravessarem o período colonial dependendo da oralidade e das habilidades práticas e sociais para interagir nas constelações de comunidades indígenas. Não foram apenas os indígenas que amansaram (Xakriabá 2020) e transformaram conhecimentos, práticas e objetos dos europeus, pois pessoas de Portugal, da Europa e da África fizeram o mesmo para viver nas redes Tupiniquim dentro da Floresta Atlântica, o bioma que cobria 68% do atual território paulista (INPE 2016). Em tal ambiente prevaleceu a lógica Tupiniquim, centrada na colaboração e na “política de consideração” (Kelly e Matos 2019; Sallum e Noelli 2021b), conectando saberes, objetos, plantas, animais e lugares, realizando o manejo agroflorestal cíclico, sem paralelo com a otimização crescente de rendimentos e a noção de progresso econômico perpétuo (Keller 2012). Uma parte dos Tupiniquim integrou os espaços ligados à economia do sistema atlântico, para atender interesses específicos que precisam ser compreendidos por uma abordagem interdisciplinar, para repensar a visão arraigada em uma ficção historiográfica de domínio automático português.

A transformação dos lugares começou, efetivamente, com o desmatamento e a ampliação das áreas de cultivo do arroz na segunda metade do século XVIII, mas foi com o café em meados do século XIX, com a agricultura mecanizada e a pastagem intensiva no século XX que a

Floresta Atlântica foi reduzida aos atuais 22,9% (INPE 2016). O processo histórico e as mudanças econômicas do Brasil diminuíram drasticamente as comunidades agroflorestais, em um quadro que fez a zona rural passar de 80% das residências nacionais em 1920, para 15,28% em 2015 (PNAD/IBGE 2015).

A pequena quantidade de europeus causou pouco impacto ambiental em São Paulo por 250 anos, pois a sua população não alcançou taxas médias anuais de mil pessoas até 1600, demorando mais um século para alcançar um total de 3,5 mil habitantes em 1700 (Noelli e Sallum 2019). A alimentação foi essencialmente agroflorestal, com a articulação de plantas, técnicas e práticas de consumo locais e vindas da Europa. Para integrar-se ao comércio do sistema atlântico, parte dos portugueses cultivou cana de açúcar para poucos engenhos, arroz em áreas alagadiças, eventualmente trigo e tiveram alguns sítios de mineração; criaram gado, porcos, cavalos, mulas e cabras nas áreas campestres. Porém, a sua principal atividade econômica até o final do século XVII foi a captura de escravos não-Tupiniquim.

4. Por uma linguagem da materialidade

A conexão entre linguagem e materialidade no processo colonial de São Paulo é uma linha de pesquisa por construir, podendo funcionar como um indicador sociolinguístico relevante para compreender as relações entre diferentes temporalidades e contextos. As comunidades agroflorestais Tupiniquim praticavam antes de 1500 uma geopolítica multilateral com povos falantes de línguas das famílias Tupí-Guaraní e Jê, onde os ecossistemas com diversidade linguística parecem ter sido comum. O mesmo se passou com os portugueses nas mais diversas regiões onde se fixaram a partir do século XV, na África e, no século XVI, na Ásia (Hespanha 2019).

O importante é considerar que São Paulo foi um território que recebeu pessoas de diferentes lugares desde o século XVI. Contudo, nos séculos XVI e XVII, as duas línguas predominantes nos núcleos coloniais foram a Tupiniquim, falada pela maioria das pessoas, seguida do português, algumas vezes superado pela língua Guarani, graças a quantidade da população cativa. As línguas Tupiniquim e Guarani eram mutuamente inteligíveis, pertencendo à mesma família linguística (Rodrigues e Cabral 2002). O tamanho da população africana foi mais expressivo no século XVIII, e o seu impacto sobre as línguas faladas naquela época está em investigação, assim como o impacto de outras línguas, especialmente o espanhol.

As mulheres Tupiniquim aprenderam o português tanto pela oralidade e troca de saberes com os europeus, como pelo ensino escolar. Por exemplo, em Piratininga no ano de 1554, os jesuítas instruíam diariamente “na doutrina, repetindo as orações em português e na sua própria língua. A frequência e concurso das mulheres é maior” (Anchieta 1957, 106). Por outro lado, desde 1502 parece ter sido mais comum o bilinguismo primário, com aprendizado sem ensino escolar (Weinreich 1970). Foi o caso dos cinco filhos adultos de Diogo de Braga, um dos primeiros portugueses a residir e formar família em São Vicente, retratados na narrativa de um evento ocorrido ao redor de 1552: “irmãos mamelucos, oriundos de pai português e mãe brasileira... tão versados na língua dos cristãos como na dos selvagens” (Staden 1974, 74). Por outro lado, os portugueses aprendiam o Tupiniquim com competência variadas, enquanto os seus filhos paulistas eram bilíngues naturais, conforme relatou Cardim em 1585 (1939, 170-171): “quase todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os índios a sabem [a língua] em breve tempo, e os filhos dos Portugueses cá nascidos a sabem melhor que os Portugueses, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente”. É um testemunho sobre relações de aprendizado mútuo, mostrando um contexto que torna difícil presumir que apenas portugueses aprenderam a língua Tupiniquim e que as mulheres não dominaram a língua de Portugal.

Contudo, no final do século XVII, parecia haver o domínio dos falares indígenas, inclusive entre os europeus e seus descendentes. Em 1694, Antônio Vieira enfatizou a situação do bilinguismo em São Paulo: “a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portugueza a vão os meninos aprender à escola” (Vieira 1756, 161-162), relatando que as mulheres não a frequentavam. Em 1698, o governador Artur de Sá Meneses escreveu que o novo padre de Piratininga precisava de intérprete, pois a maioria “daquela Gente não se explica em outro idioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos” (Meneses 1914, 354).

Seriam comunidades marcadas pelo predomínio da Língua Geral Paulista (LGP), transmitida especialmente pela ação das mulheres (Rodrigues 1996; Leite 2015), situação que permaneceu até uma parte do século XVIII. Enquanto o português falado pelos paulistas oferecia dificuldades de compreensão para um recém-chegado de Portugal, como ocorreu na conversa mediada por um intérprete em 1697, entre um bispo reinol e Domingos Jorge Velho, filho de uma família paulista centenária e líder das

ações que culminaram na destruição do Quilombo dos Palmares. Conforme o bispo: “quando [D. J. V.] se avistou comigo trouxe consigo língua, porque nem falar sabe” (Ennes 1938, 353).

O domínio da língua portuguesa e da sua versão brasileira começou na segunda metade do século XVIII. Foi consequência da política pombalina para proibição das Línguas Gerais e do massivo e fluxo contínuo de aproximadamente 600 mil imigrantes portugueses (Venâncio 2000), a maioria para o “gold rush” de Minas Gerais e, em parte, para São Paulo. Apesar disso, as comunidades agroflorestais encontraram diversas estratégias para persistir, sobretudo com as políticas de colaboração e consideração que mais tarde ficaram conhecidas como as “parcerias” estudadas por Antônio Cândido e a vida nas comunidades pesquisadas por diversos autores (Adams 2000).

A imigração de grande quantidade de europeus levou a uma crescente construção da desigualdade social, a ponto de um viajante notar em 1819 o assédio moral e o racismo dos “brancos de raça pura” sobre os “antigos paulistas” com aparência indígena que falavam português com sotaque (Saint-Hilaire 1851 1, 273). Em 1863, ao se referir ao vocabulário dos Avá-Canoeiros do rio Araguaia, Couto de Magalhães (1863, 92) lembrou da linguagem dos “paulistas do povo, chamados caipiras”, efetivamente das pessoas que ainda viviam nas comunidades agroflorestais (Sallum e Noelli 2021b).

Contudo, temos poucos avanços no estudo da LGP, restritos ao século XIX (Leite 2015), devido à escassez de dados para os séculos anteriores, ainda ocupando “espaço pequeno de reflexão... incompatível com a relevância do tema” (Bessa Freire e Borges 2003, 7). A mesma falta ocorre em relação ao português falado em São Paulo colonial, criado pelos indígenas e seus descendentes, não sendo mais aquele de Portugal. Em todo o caso, a “compreensão histórica e linguística dessas línguas pode constituir uma chave para acessar informações” sobre as sociedades do presente (Bessa Freire e Borges 2003, 7).

5. Cerâmica Paulista: um caso de linguagem da materialidade

A Cerâmica Paulista, a exemplo de outros lugares, é uma prática feminina e um “elemento central do território e das redes sociais que o constituem” (Belaunde 2017, 187). Nós a definimos como a “cerâmica comum portuguesa apropriada e transformada no século XVI pelas Tupiniquim da área de São

Vicente, para uso nos assentamentos coloniais, produzida até o presente na região Sudeste de São Paulo” (Noelli e Sallum 2019, 703). E resultou de conhecimentos transmitidos entre muitas gerações, não limitados apenas aos materiais e técnicas de manufatura, estendendo-se às relações sociais entre humanos, espíritos e outros seres da cosmologia, expressando transformações e agenciamentos.

Na produção cerâmica, as pessoas se conectam repetindo memórias do fazer e do usar vasilhas. Seria como o “desejo de não esquecer”, uma “prática de memória mantida cotidianamente pelas mulheres”, parecido com ações do povo Maxakali, para quem “os cantos organizam a vida nas aldeias, constituindo quase um índice de todos os elementos presentes em seu cotidiano. O ato de cantar é parte integral da vida, porque é através do canto que se preservam as memórias e se constitui a comunidade” (34^a Bienal 2021, 165). Essa circulação alimenta o conhecimento e a persistência das comunidades, combinando continuamente as linguagens e práticas de tempos diferentes.

A produção começou com as mulheres Tupiniquim, continuou e foi sendo ressignificada com as suas descendentes e com pessoas que vieram de fora. As suas vasilhas materializam os nomes e significados Tupiniquim, mas com base no depoimento de Anchieta citado acima, desde o começo uma parte das mulheres das comunidades em relação com os portugueses foi bilíngue. Tal situação coincide com os registros arqueológicos da Cerâmica Paulista produzida nos primeiros lugares da relação Tupiniquim/Portugueses. Existem fragmentos de vasilhas escavadas no Engenho dos Erasmos (São Vicente), datados nas últimas décadas do século XVI (Morais, Piedade e Maximiano 2004\2005). Este foi um local fundado ao redor de 1530, provavelmente movido pelos Guaraní escravizados pelos Tupiniquim e portugueses (por exemplo, em 1527, 70 deles foram levados à Espanha para serem vendidos, cf. Toríbio-Medina 1908, 238). Essa cerâmica foi encontrada em outros vários lugares do litoral sul e do interior de São Paulo, datados entre os séculos XVI e XX (p. ex.: Zanettini 2005; Zanettini e Wichers 2009; Camargo 2009; Robrhan-González 2016; Plens 2017; Munsberg 2018; Sallum 2018; Magrini 2019; Hora et al. 2020; Manfrini 2021, 2022; Noelli e Sallum 2020b). O registro mais antigo datado até agora é de 1565-1567, em um sítio próximo do Pão de Açúcar, ocupado pelos Tupiniquim e portugueses de São Paulo na campanha da expulsão dos franceses da Guanabara (Simões 2020). É um registro que atesta a produção da Cerâmica Paulista antes de 1560, pois as características definidas em

1567 são as mesmas encontradas nas produzidas durante cinco séculos, até o século XX.

As fontes quinhentistas oferecem indícios daquilo que foi metaforicamente chamado “remanejamento” da língua Tupiniquim pelos portugueses e descendentes dos Tupiniquim com os europeus (Edelweis 1971, 296). Em 1557, ao narrar eventos de 1552 a 1554, Staden (1557, 1974, 89) fez o primeiro registro de bilinguismo quando escreveu o nome de um dos seus captivos, **Alkindar Miri** (*alkindar miri*), traduzido como Alguidar Pequeno, composto com palavras portuguesa e tupinambá, do mesmo subgrupo da língua Tupiniquim (Rodrigues e Cabral 2002).

As evidências linguísticas foram registradas de formas diversas. Em fragmentos dispersos nas fontes escritas, quanto organizados sistematicamente para publicação, destacando-se os textos para treinar missionários jesuítas, cujos mais afamados “línguas” atuaram em São Paulo, incluindo colonos com domínio do Tupiniquim que foram aceitos na ordem (Barros 2004) e padres europeus que aprenderam a “variante de São Vicente” nos seus escritos (Leite 2015, 30-31). Tal produção inclui uma gramática, um dicionário bilíngue, um catecismo, diversas poesias e peças teatrais. Nos interessam a gramática de José de Anchieta, iniciada em 1555 e publicada em 1595 (Leite 2015), e o “Vocabulário na Língua Brasília”, que circulou apenas como manuscrito, sendo publicado pela primeira vez em 1938, com versão definitiva na década de 1950 (VLB 1, VLB 2). Provavelmente, o VLB resultou da colaboração de vários autores, mas em 1592 o provincial dos jesuítas, Marçal de Beliarde, escreveu que o seu autor foi o padre Leonardo do Vale (Leite 1946).

O VLB assinala diferenças entre o Tupiniquim e o Tupinambá (VLB 1, 19, 71, 79, 84, 108; VLB 2, 20, 55). A gramática de Anchieta (1595, 1v) também as distinguiu: “os Tupis de São Vicente, que são além dos Tamoios [Tupinambá] do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo”. Tais diferenças eram sutis e a comunicação era fluente, conforme vários registros que destacaram a facilidade da comunicação entre os Tupiniquim e os Tupinambá, representados aqui no resumo de Gabriel Soares de Sousa feito em 1587 (1938, 72): “não há entre eles na língua e costumes mais diferença, da que têm os moradores de Lisboa dos da Beira”. A semelhança também ocorre entre a materialidade Tupiniquim e Tupinambá, permitindo analogias entre dados históricos e linguísticos.

A análise interdisciplinar do VLB dá mais pistas para compreender o processo histórico da linguagem colonial que a análise linguística isoladamente. Quando contrastado com dados históricos e arqueológicos, o vocabulário oferece resultados muito promissores, para além da mera percepção de que objetos Tupiniquim tinham taxonomias equivalentes em português e vice-versa.

A seguir mostraremos o caso de uma das vasilhas da Cerâmica Paulista, como indício da transformação de uma materialidade pelas Tupiniquim que manteve a taxonomia anterior à chegada dos europeus. Como mostramos acima, a produção dela ocorria antes de 1560, articulando gostos e sentidos de tempos e lugares diferentes, provavelmente oportunizando também o bilinguismo na culinária, nos equipamentos de cozinha e ingredientes. Exemplificamos com quatro registros do século XVI (Anchieta 1595, 34v; VLB 1, 52, 61), que permaneciam no litoral sul paulista em 1962-1967 (Scheuer 1976, 16, 59): 1) cores de “barro”: branca\toatinga, amarela\tauauá e vermelha\ taguá\tagoapiranga; 2) nome de uma ferramenta para nivelar a superfície da vasilha: cuiapé e cui péva.

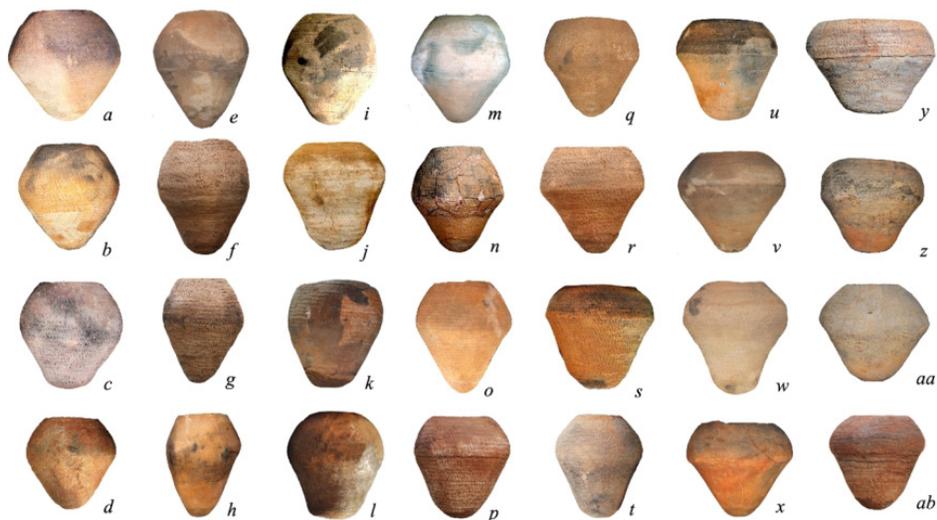
Na escrita fonológica a vasilha com função “panela” era definida como *jaʔẽpepó*, em Tupinambá e Tupiniquim (Rodrigues 2007; Noelli e Sallum 2020b). A reconstrução do étimo panela no Proto-Tupi é ***waʔẽ*, com o protofonema consonantal ***w* (Rodrigues 2007). No processo de formação das línguas da família Tupí-Guaraní, a consoante ***w* “se anteriorizou e se desarredondou, convertendo-se em *j”, mudando para *jaʔẽ*. Nas línguas Tupinambá e Tupiniquim a pronúncia era *jaẽpepó*, com o fonema /j/ mudando para o alofone /ɲ/, nasalizando-se por estar seguido do fonema nasal /ẽ/. Esse som levou nos séculos XVI e XVII às grafias *jeppipo* (Staden 1557), *ñãẽmpepó\ñã'ẽmpepó* (VLB 2), *Гнацрѣпо* (*gnaepépo* cf. D'Abbeville 1614, 283), *nhaempepó* (Vasconcelos 1668 1, 85). Em 1853 ainda havia memória, com o registro *japepó* colhido de “homens velhos que se recordam de vocábulos indígenas que ouviram de seus antepassados” (Oliveira 1936, 117).

A similaridade das formas pode ser percebida na figura 3, na amostragem de panelas provenientes de vários lugares dos territórios Tupiniquim e Tupinambá. As vasilhas têm forma ovóide, construídas com a técnica do acordelamento, boca restrita, base conoidal ou arredondada, com superfície corrugada, escovada ou lisa. Aqui também são morfologias emblemáticas feitas com regras de proporção compartilhadas entre as gerações, onde “a

padronização era a própria variabilidade, a tal ponto que a diferença era a norma que tornava as morfologias tão semelhantes por tanto tempo” (Noelli e Sallum 2019, 711).

O compartilhamento do estilo tecnológico deveria ocorrer simultaneamente com a transmissão dos conhecimentos linguísticos nas comunidades de práticas, com os mesmos processos educativos que resultavam tanto na padronização das formas, proporções e tratamentos da superfície das vasilhas, quanto nos mesmos fundamentos que mantiveram constante o nome\função “panela”: *nhaēpepô* (VLB 2, 63). O nome *naēpepô gwasú* (panela + grande) foi publicado pela primeira vez em 1557: **Jeppipo Wasu**, “jeppipo wasu” (Staden 1557), referindo os tamanhos maiores, com capacidade acima de 100 litros.

Figura 3: Panelas Tupiniquim e Tupinambá⁴



Fonte: b, k, l, s, u, x, aa, z – Ângelo Alves Corrêa; a, c, d, e, f, g, h, i, j, n, o, p, q, r, t, u, w, x, y, ab – F. S. Noelli.

⁴ a) Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno; b) Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR; c)h) Museu Histórico e Arqueológico de Iguape; d)q)t) Museu Histórico Sorocabano; e) Museu Arqueológico e Paleontológico de Araraquara; f)g)o\p\r\ab) Centro Regional de Arqueologia Ambiental Mário Neme; i) Museu Universitário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; j) Museu Municipal de São José dos Campos; k)\l)s) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; m) Campina do Monte Alegre, foto André Luis R. Soares; n) Museu Elisabeth Aytai; u)\x\aa) Museu Nacional do Rio de Janeiro; v) Fundação Cultural de Jacarehy; w) Fundação Cultural Cassiano Ricardo; y) Museu Histórico e Pedagógico Hermínio Franco Bueno; z) Museu de História Natural-UFMG.

O amansamento é nítido no século XVI, no registro “asado” (VLB 1, 44), traduzido como *nhaẽpepô guaçu*, no século XX referida como “panela de mutirão” com capacidade para produzir cozidos para muitas pessoas. Aqui encontramos uma chave para perceber a transformação morfológica de um objeto que manteve a função e o nome indígena. As Tupiniquim mantiveram a tecnologia, o tamanho grande e os diversos tratamentos de superfície ancestrais, mas modificaram a forma e incluíram as decorações na superfície lisa ou sabugada da vasilha, com as linhas incisas reproduzindo e/ou estilizando padrões da cerâmica comum portuguesa, e colocaram um par de asas e alças, inexistentes antes dos europeus. Em Portugal, a vasilha com asa era conhecida como “asada” ou “asado” desde o século XII, com registros escritos de 1145 (Fernandes 2012:298-299). O termo foi definido por Bluteau (1712): 1) “asado, ou pote asado... Esta palavra vem do grego, & propriamente significa pote de duas asas”; 2) “asado... vaso com asa, espécie de boião, ou panela”.

A grafia fonética da panela asada é *jaẽpepô gwasú*. As asas, em termos Tupiniquim, significam *nambi* = “orelhas” (VLB 2:58, 59; *nambiguaçu* = “orelhudo”). Contudo, os jesuítas portugueses traduziram *nambi* como “asa do vaso” (VLB 1, 44), seguindo sua classificação anatômica medieval, ao invés de usar “orelha do vaso”. Se “asa” de vasilha fosse equivalente nas duas línguas, a tradução do termo Tupiniquim\Tupinambá seria *pepô*, presente desde o Proto-Tupi (***pe?po*) e Proto-Tupi-Guarani (**pepo*) (Lemle 1971, 116; Rodrigues 2007).

Como nos sugeriu Aryon Rodrigues (Noelli e Sallum 2020b, 511), o étimo *ja?ẽpepô* tem explicação histórica e metaforicamente. Para ele, *ja?ẽpepô* se pode traduzir como *ja'ẽ* + *'pepô* = “panela com asa”. Porém, ele gostava de interpretar *ja'ẽ* como “asado”, e não como “alado” ou “com asas”, explicando que o segundo elemento do composto é o atributo do primeiro, oferecendo como exemplo: *ja'ẽ pukú* = panela “comprida” ou *já'e gwasú* = panela “grande”. Rodrigues considerava que era uma metáfora, não uma catacrese, como “pé de mesa” ou “braço de poltrona”; e não como o atributo material (*pepô* = asa de panela), mas uma interpretação metafórica do perfil da panela como uma asa de borboleta, percebendo a similaridade entre asa (**pe?po*) e borboleta (*p'ẽ'p'ã /pep=a/*) (Rodrigues 2007; Rodrigues e Caspar 2017, 20). Assim, temos por hipótese que o étimo *ja?ẽpepô* resultou de longo processo histórico. Teria começado com a ***wa?ẽ*, provavelmente uma vasilha com perfil de calota, que se poderia traduzir por “panela de

barro queimado”, significando simultaneamente matéria-prima e recipiente. Depois foi adicionada uma parede sobre a calota, formando o perfil da forma seria metaforicamente comparável com a borda externa da asa das borboletas, explicado pelo étimo *ja?êpepô*.

Em outra entrada encontramos um neologismo Tupiniquim e Tupinambá para as panelas metálicas: *itanhaêpepô* (VLB 2, 123) “tacha, tacho ou caldeira” (*ita* = pedra, significando o metal + *nhaêpepô*). No século XX, as panelas de maior tamanho para cozinhar para a família extensa ou para retribuir aos afins um trabalho colaborativo, continham até 65 litros (Tiburtius 1967-1968, vasilha 1073). Elas foram chamadas como “panela de mutirão”, “panelas grandes de mutirão”, o “recipiente de porte maior usado na reunião festiva do mutirão” (Scheuer 1976, 41, 56, 65).

As morfologias das 77 panelas da nossa amostra da Cerâmica Paulista correspondem a sólidos elipsoidais (Rice 2015), como já descrevemos detalhadamente (Noelli e Sallum 2020b). A técnica para levantar a parede das vasilhas é o acordelado, principiando por dois modos: com uma espiral de roletes ou com um cone modelado onde os roletes são sobrepostos. A maioria se enquadra em três estruturas morfológicas com perfis variáveis (Figura 4), restringidas com pescoço ou colo, e não-restringidas (Noelli e Sallum 2020b, 513, fig. 3c). O lábio pode ser arredondado ou plano. A boca é circular, geralmente com diâmetro maior que a altura (quando não é circular, a forma geralmente elíptica parece resultar de algum “acidente de percurso” na produção). O maior diâmetro das restringidas está sempre no bojo, enquanto o das não restringidas está na abertura. O bojo das restringidas pode ter o contorno composto formando um colo com seção de cilindro, ou ser infletido formando um pescoço, enquanto as não restringidas têm um contorno simples. A base poderia ser suavemente arredondada ou conoidal, e as vasilhas mais relacionadas aos núcleos urbanos, possuem base plana para serem usadas sobre o fogão de barro com chapa de ferro e, depois da segunda metade do século XX, nos modelos a gás (Magrini 2019, 111). A superfície externa pode ser alisada, escovada com sabugo de milho, corrugada e combinações de: 1) alisado com corrugado, linhas incisadas, entalhado e pontado; 2) escovado com corrugado, linhas incisadas e entalhado. A superfície interna pode ser alisada, ou alisada seguida de uma aguada (banho ou barbotina) de argila com cores e densidades diversas.

As pessoas em movimento, como referiu Hamilakis (2021), “encarnam uma história viva, encenam de forma profunda o tempo como coexistência, como duração”. Isto é uma boa figura de linguagem para expressar a persistência de comunidades de práticas que articularam conhecimentos, memórias e sensações de tempos e lugares diferentes para elaborar materialidades e a Língua Geral Paulista, como processos de inquebráveis trajetórias históricas.

Agradecimentos: FSN: à FCT (bolsa DFA/BD/5745/2020); MS à FAPESP (processos 2019/17868-0 e 2019/18664-7). À mestra ceramista Benedita Dias, por ter tanto a ensinar. Aos museus e instituições mencionados no texto, por permitirem gentilmente o registro e a divulgação das imagens das vasilhas cerâmicas e da mestra ceramista Ana Pereira. À Ana Suely Cabral, Beatriz Carreta C. da Silva, Astolfo Araujo, Betty Mindlin, Carmelita de Moraes e família Plácido de Campos Jr., José Luiz de Moraes, Dária Barreto, Cristina Demartini, Dante Lucchesi, Ângela Buarque, Silvio Araújo e Agda Sardinha pelas importantes sugestões para melhorar o texto ou para encontrar mais vasilhas. Ângelo Alves Corrêa realiza conosco o projeto de pesquisa sobre as cerâmicas Tupi, sendo ele autor de algumas imagens das panelas Tupiniquim e Tupinambá usadas aqui. À Danielle Gomes Samia pelos mapas e o apoio afetivo de sempre.

Referências

- Adams, C. 2000. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, 43:145-182.
- Alencastro, Luiz F. 1992. *O Trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras.
- Anchieta, J. 1595. *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio Mariz.
- Anchieta, J. 1957. Carta ao P. Inácio de Loyola, Roma. São Paulo de Piratininga, [1 de setembro de] 1554. *Monumenta Brasiliae*, 2:83-118.
- Barros, M. C. D. M. 2004. A política de standardização da língua geral na Amazônia no período colonial (séculos XVII-XVIII). *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, 2(3):23-54.
- Belaunde, L. E. 2017. Viver bem e a cerâmica: técnicas artefatuais e sociais

- na Amazônia. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, 9:185-200.
- Bessa Freire, J. R.; L. C. BORGES. 2003. Apresentação. Em *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*, 7-10. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- 34^a Bienal de São Paulo. Tikmũ'ün. Em *Faz escuro mas eu canto: catálogo*. São Paulo: Bienal de São Paulo, pp. 166-167.
- Bluteau, R. 1712. *Vocabulario Portuguez & Latino: Aulico, Anatomico, Architectonico...* v. 1. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Cabral, A. S. ; F. S. Noelli; M. Sallum. 2020. Tapimã a 'új japohát: 'fazedoras de belas panelas' e as primeiras explorações da linguagem da cerâmica Zo'é. *Habitus. Revista Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 18 (2):368-392.
- Camargo, P. F. B. 2009. *Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, séculos XIX-XX*. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Cardim, F. 1939. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Casimiro, T. M.; J. L. Sequeira. 2020. Introdução. Em *Arqueologia contemporânea em Portugal. Séculos XIX e XX*, 9-16. Oeiras: Mazu Press.
- Cavaco, C. 2019. Analfabetismo em Portugal – os dados estatísticos, as políticas públicas e os analfabetos. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, 1(2):17-31.
- Corrêa, A. A. 2017. Datações na bibliografia arqueológica brasileira a partir dos sítios Tupi. *Cadernos do Lepaarq*, 14 (27):379-406.
- Couto de Magalhães, J. 1863. *Viagem ao Araguaya*. Goyaz: Typographia Provincial.
- Cristante, M. A. P. 2017. *Ritual, continuidade e variabilidade em contextos funerários Guarani e Tupi do estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Cunha, M. DA C.; E. V. Castro. 1985. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, 71 (1):191-208.

- D'Abbeville, C. 1614. *Histoire de la mission des pères capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*. Paris: de l'Imprimerie de François Huby.
- Edelweiss, F. 1971. O padre Serafim Leite e a língua tupi. *Universitas*, 6/7:295-307.
- Ennes, E. 1938. *As Guerras nos Palmares: subsídios para sua história. Domingos Forge Velho e a "Tróia negra" 1687 – 1700*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Eshell Macuxi, J. 2021. O encontro à beira do abismo – o grito da AIC é por mais vida. *34ª Bienal de São Paulo: Faz escuro mas eu canto: catálogo*, 86-91. São Paulo: Bienal de São Paulo.
- Fausto, C. 1992. Fragmentos de história e cultura Tupinambá. Em M. C. CUNHA (ed). *História dos índios no Brasil*, 381-396. São Paulo: Cia das Letras/SMC/Fapesp.
- Fernandes, F. 1963. *A organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Fernandes, I. 2012. *A loiça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Tese de Doutorado em História. Minho: UMinho.
- Ferraro, A. R. 2012. Alfabetização Rural no Brasil na Perspectiva das Relações Campo-Cidade e de Gênero. *Educação & Realidade*. 37 (3):946–967.
- Foucault, M. 1990. Qu'est-Ce Que La Critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de La Société Française de Philosophie*, 84 (2):35–63.
- Foucault, M. 2005. Retornar à História. Em *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*, 282-295. Rio de Janeiro: Forense Universitária
- Hamilakis, Y. 2021. *Arqueologia do presente*. Conferência no Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. https://www.youtube.com/watch?v=wALsL0hApWg&list=PLx3FDX5AlxuoU1my_kYUpTNggVve-PiVQ-
- Hartemann, G. O. 2021. Unearthing Colonial Violence: Griotic Archaeology and Community Engagement in Guiana. *International Journal of Historical Archaeology*, <https://doi.org/10.1007/s10761-021-00596-6>.
- Hespanha, A. M. 2019. *Filhos da Terra. Identidades mestiças nos confins*

da expansão portuguesa. Lisboa: Tinta da China.

- Hora, J.; W. C. Porto; W. Magalhães; E. Alencastro 2020. Unveiling regional archaeological heritage, historical archaeology at Vale do Ribeira: The case of Sobrado dos Toledos, Iguape-São Paulo. *International Journal of Historical Archaeology*, 20 (3):707-727.
- Hunter, R.; S. W. Silliman; D. B. Landon. 2014. Shellfish collection and community connections in eighteenth-century Native New England. *American Antiquity*, 79 (4): 712–729.
- INPE. 2016. <https://www.sosma.org.br/noticias/mapeamento-inedito-mostra-situacao-da-mata-atlantica-estado-de-sao-paulo/>
- Keller, H. A. 2012. El origen y la decadencia de los cultivos Guaraníes, un relato mítico de los Avá Chiripá de Misiones, Argentina. *Bonplandia*, 21(1):27-44.
- Kelly, J. A.; M. A. Matos. 2019. Política da consideração: ação e influência nas terras baixas da América do Sul. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 25 (2):391-426.
- Labov, W. 1982. Building on empirical foundations. Em *Perspectives in Historical Linguistics*, 17-92. San Francisco: John Benjamins.
- Lagrou, E. 2013. No caminho da miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios”. *Enfoques – Revista dos Alunos do PPGSA-UFRRJ*, 12 (1):18-49.
- Lass, R. 1997. *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leite, F. R. 2015. *A língua geral Paulista*. “Vocabulário elementar da língua geral brasílica”. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Leite, S. 1946. Leonardo do Vale. Mestre da língua Tupi-Guarani. O “vocabulário na língua brasílica”. *Revista de Portugal*, dezembro, 181-190.
- Lemle, M. 1971. Internal classification of the Tupi-Guarani linguistic family. Em *Tupi Studies I*, 107-129. Norman: SIL.
- Lucchesi, D. 2017. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, 33:347-382.
- Lucchesi, D.; D. Callou. 2020. Os cenários sociolinguísticos do Brasil colonial. Em *História do Português Brasileiro*, 156-181. São Paulo: Contexto.

- Magrini, A. 2019. *Lá no Alto, o barro é encantado: a cerâmica do Alto Vale do Ribeira - SP*. Dissertação de Mestrado em Artes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Manfrini, M., R. 2021. Variabilidade decorativa na cerâmica paulista colonial: influências e resistências. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 37: 1-26.
- Manfrini, M. R. 2022. Glocalization as a key to understanding cultural change in São Paulo's colonial ceramics. Em *Globalization and Transculturality from Antiquity to the Pre-Modern World*, 245-267. Abingdon, Oxon: Routledge.
- Mathieson, L. 2018. O recenseamento escolar de 1920 na imprensa paulista: uma campanha cívica de combate ao analfabetismo. *Educação & Pesquisa*, 44:1-20.
- Mattos e Silva, R. V. 2008. Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da língua(s). *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 3:39-53.
- Meneses, A. de S. 1914. Carta ao Rei [1698], pedindo-lhe que o provimento de párcos para as igrejas da Repartição do Sul recaísse em padres que soubessem a língua geral dos índios. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 18:354.
- Monteiro, J. 1999. Armas e armadilhas. Em *A outra margem do ocidente*, 237-250. São Paulo: Cia das Letras.
- Monteiro, J. 2018. *Blacks of the land: Indian slavery, settler society, and the Portuguese colonial enterprise in South America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moraes, C. A. 2007. *Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de caso de variabilidade artefactual*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Morais, J. L.; S. Piedade; E. Maximino. 2004-2005. Arqueologia da terra brasilis: o engenho São Jorge dos Erasmos, na capitania de São Vicente. *Revista de Arqueologia Americana*, 23:349-384.
- Munsberg, S. E. R. 2018. *Dos seiscentos aos oitocentos: estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconfiguração das identidades paulistanas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Belo Horizonte: UFMG.

- Noelli, F. S.; J. P. Brochado. 1998. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 8: 117-128.
- Noelli, F. S.; J. S. Souza. 2017. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12 (1): 57-84.
- Noelli, F. S.; M. Sallum. 2019. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas Tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana, Estudos de Antropologia Social*, 25(3):701-742.
- Noelli, F. S.; M. Sallum. 2020a. Comunidades de mulheres ceramistas e a longa trajetória de itinerância da cerâmica paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 34:132-153.
- Noelli, F. S.; M. Sallum. 2020b. Para cozinhar...: as panelas da Cerâmica Paulista. *Habitus. Revista Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 18(2):501-538.
- Oliveira, J. J. M. 1936. Vocabulário elementar da língua geral brasílica. *Revista do Arquivo Municipal*, 25:129-174.
- Panachuk, L. 2018. As ceramistas e a arqueóloga: a argila na construção de corpos distintos. *Habitus. Revista Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 15(1):28-53.
- Panich, L. M. 2020. *Narratives of persistence Indigenous negotiations of colonialism in Alta and Baja California*. Tucson: The University of Arizona Press.
- Panich, L. M.; R. Allen; A. Galvan. 2018. The Archaeology of Native American Persistence at Mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, 38(1):11-29.
- Passos, L. P. 2019. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Belo Horizonte: PPGan-UFMG.
- Plens, C. R. 2017. *Objetos, paisagens e patrimônio: Arqueologia do colonialismo e as pessoas de Guarulhos*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- PNAD/IBGE. 2015. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>
- Ribeiro, M. M. T. 1999. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História*

- ria das Ideias*, 20:187-227.
- Rice, P. 2015. *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago: University of Chicago Pres.
- Rivera Cusicanqui, S. 2010. “Oprimidos, pero no vencidos!” *Luchas del campesinado Aymara y Quechwa 1900-1980*. La Paz: La Mirada Salvaje.
- Rivera Cusicanqui, S. 2015. *Sociología de la imagen: ensayos*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Rivera Cusicanqui, S. 2018. *Un mundo ch'ixl es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Robrahn-González, E. M.; G. L. S. Mendes; L. F. L. Silva; A. C. Alonso; F. Q. Sobral; D. F. Carvalho. 2016. *Paisagens Culturais de Santos*. São Paulo: s.n.
- Rodrigues, A. D. 1996. As Línguas Gerais Sul-Americanas. *Papia – Revista de Crioulos de Base Ibérica*, 42 (2): 6–18.
- Rodrigues, A. D. 2006. As outras línguas da colonização do Brasil. Em *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*, 143-161. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo.
- Rodrigues, A. D. 2007. As consoantes do Proto-Tupí. Em A. S. A. C. Cabral; A. D. Rodrigues (eds.). *Línguas e culturas Tupí*. Campinas, 167–203.
- Rodrigues, A. D.; A. S. A. C. Cabral. 2002. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. Em *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*, 1:327-337. Belém.
- Saint-Hilaire, A. 1851. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, v. 2. Paris: Arthus Bertrand Libraire-Éditeur.
- Sallum, M. 2015. Estudos Coloniais e Globalização: fluxos, fricções e confluências. *Habitus. Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 13:51-62
- Sallum, M. 2018. *Colonialismo e ocupação tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica*. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Sallum, M., F. S. Noelli. 2020. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters' Practices in Brazil: from Tupiniquim to Paulista-aware. *International Journal of Historical Archaeology*, 20(3):1–25.

- Sallum, M., F. S. Noelli. 2021a. “A pleasurable job”... Communities of women ceramicists and the long path of Paulistaware in São Paulo. *Journal of Anthropological Archaeology*, 61 (1):1-12.
- Sallum, M., F. S. Noelli. 2021b. “Politics of Regard” and the Meaning of Things: The persistence of ceramic and agroforestry practices by women in São Paulo. Em *The Routledge Handbook of the Archaeology of Indigenous-Colonial Interaction in the Americas*, 338-356. London: Routledge.
- Scatamacchia, M. C. M.; F. Moscoso. 1987-1988-1989. Análise do padrão de estabelecimentos Tupi-Guarani: fontes etno-históricas e arqueológicas. *Revista de Antropologia*, 30/32:37-53.
- Scheuer, H. 1976. *Estudo da cerâmica popular do Estado de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- Senatore, M. X. 2021. Arqueología del colonialismo español: aproximaciones críticas desde América. *Vestigios. Revista Latino-Americana de Arqueología Histórica*, 15 (2):271-292.
- Silliman, S. W. 2020. Colonialism in Historical Archaeology. Em *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology*, 41-60. London: Routledge.
- Simões, A. E. 2020. *História esquecida do Rio de Janeiro: as gentes e a paisagem no processo de ocupação da cidade velha e do morro Cara de Cão*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional PPGArq.
- Soares de Sousa, G. 1938. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Staden, H. 1557. *Warhaftige Historia...* Marburg: Andres Kolben.
- Staden, H. 1974. *Dois viagens ao Brasil*. Belo Horizonte\São Paulo: Itatiaia\EDUSP.
- SZTUTMAN, R. 2005. *O Profeta e o Principal: A ação política ameríndia e seus personagens*. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: FFLCH\ Universidade de São Paulo.
- Tiburtius, G. 1968. Altere Hauskeramik aus der Umgebung von Curitiba, Paraná, Südbrasilien. *Anthropos*. 63/64 (1/2):49-74.
- Toríbio-Medina, J. 1908. *Los viajes de Diego García de Moguer*. Santiago: Imprenta Elviriana.

- Vasconcelos, S. 1668. *Chronica da companhia de Jesy do estado do Brasil*, v. 1. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira.
- Venâncio, R. P. 2000. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In *TBGE. Brasil:500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro.
- Vieira, A. 1756. Voto sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios. Salvador, 12 de julho de 1694. Em *Vozes saudosas...*, 141–166. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.
- VLB 1. 1952. *Vocabulário na língua brasílica*. São Paulo: FFLCH USP.
- VLB 2. 1953. *Vocabulário na língua brasílica*. São Paulo: FFLCH USP.
- Weinreich, U. 1970. *Languages in Contact*. Paris: Mouton.
- Wolfe, P. 2006. Settler Colonialism and the Elimination of the Native. *Journal of Genocide Research*, 8(4):387–409.
- Xakriabá, C. 2020. Amansar o giz. *Piseagrama* 14:110-117.
- Zanettini, P. 2005. *Maloqueiros e seus Palácios de Barro: o Cotidiano Doméstico na Casa Bandeirista*. Tese de Doutorado em Arqueologia. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Zanettini, P.; C. M. Wichers. 2009. A cerâmica de produção local/regional em São Paulo colonial. Em *Cenários regionais em arqueologia brasileira*, 311–334, São Paulo, Annablume.
- Zarankin, A.; M. Salerno. 2008. Después de la tormenta. Arqueología de la represión en América Latina. *Complutum* 19:21-32.